



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 12 de Novembro de 2009 (23.11)
(OR. en)**

15970/09

COPEN 229

NOTA DE ENVIO

de:	Jessika Auken, Conselheira JAI, Representação Permanente da Dinamarca junto da União Europeia
para:	Conselho da União Europeia, Secretariado-Geral
data de recepção:	21 de Outubro de 2009
Assunto :	Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda – Carta de notificação da Dinamarca

**Implementação, pela Dinamarca, da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho,
de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às
decisões de perda**

Junto se envia uma informação relativa à implementação da Decisão-Quadro pela Dinamarca. Para informações complementares, contactar :

Nicolai Pii
Ministério da Justiça
Slotsholmsgade 10
DK-1216 København K
Tel.: +45 72 26 86 01
Fax : +45 33 92 26 89
Correio electrónico: nip@jm.dk

(ass.) Jessika Auken
Adido JAI

25 de Setembro de 2009

**Implementação, pela Dinamarca, da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho,
de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às
decisões de perda**

Ad artigo 3.º, n.º 1, ao artigo 19.º e ao artigo 22.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, o Ministério da Justiça informa o Secretariado-Geral do Conselho e a Comissão do seguinte:

1. Transposição para o direito dinamarquês, *ad* artigo 22.º, n.º 2

O artigo 22.º, n.º 1, da Decisão-Quadro de 6 de Outubro de 2006 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda estipula que os Estados-Membros tomarão as medidas necessárias para dar cumprimento à decisão-quadro até 24 de Novembro de 2008.

O artigo 22.º, n.º 2, da Decisão-Quadro estipula que os Estados-Membros transmitirão ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão o texto das disposições que transpõem para o direito interno as obrigações decorrentes da decisão-quadro.

O Governo dinamarquês informa que a Decisão-Quadro do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda foi transposta para o direito dinamarquês através da Lei n.º 1434, de 22 de Dezembro de 2004, relativa à execução de determinadas decisões em matéria penal na União Europeia, e que transpõe igualmente a Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas, e a Decisão-Quadro 2005/214/JAI, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias.

Junta-se em anexo uma cópia da lei (*Anexo 1*); em relação ao reconhecimento de decisões de perda, deve referir-se em especial a Secção IV (capítulo 7, relativo à execução das decisões de perda, capítulo 8, relativo à alienação de bens confiscados, e capítulo 9 relativo ao reembolso) e a Secção V (capítulo 10, relativo aos requisitos formais, etc., capítulo 12, relativo ao processamento de pedidos de execução de decisões definitivas de perda, e capítulo 13, relativo ao envio de pedidos de execução de decisões em matéria penal a outro Estado-Membro.

Deve registar-se que a Lei entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005 e é aplicável aos pedidos de execução feitos depois desta data; sobre este aspecto, deve consultar-se o ponto 62 da Lei.

Junto se envia também uma proposta de lei relativa à execução de determinadas decisões em matéria penal na União Europeia (L 5), apresentada em 6 de Outubro de 2004 (*Anexo 2*). As observações sobre a proposta, que foi adoptada sem alterações, à excepção do ponto 48 da Lei, incluem uma descrição mais pormenorizada da forma como cada artigo da Decisão-Quadro foi transposto.

Finalmente, envia-se também em anexo um resumo esquemático de cada artigo da Decisão-Quadro e das disposições pertinentes no direito dinamarquês em vigor na data-limite de implementação de 24 de Novembro de 2008 (*Anexo 3*), bem como o texto das disposições jurídicas dinamarquesas pertinentes (*Anexo 4*).

2. Determinação das autoridades competentes, ad artigo 3.º, n.º 1

No que respeita à determinação das autoridades competentes conforme exigido no artigo 3.º, n.º 1, em relação à Dinamarca a autoridade competente é o Ministério da Justiça, quer como Estado de emissão quer de execução. Quando acompanhada da respectiva certidão, uma decisão pode ser transmitida ao:

Ministério da Justiça
Slotsholmsgade 10
1216 København K
Tel.: +45 7226 8400
Fax : +45 3392 2689
Correio electrónico: jm@jm.dk

3. Regime linguístico, ad artigo 19.º, n.º 2

No que respeita ao artigo 19.º, n.º 2, a certidão relativa ao reconhecimento mútuo das decisões de perda deverá ser preenchida em dinamarquês.

Finalmente, com base na transposição da Decisão-Quadro para o direito dinamarquês, serão elaboradas instruções administrativas destinadas às autoridades policiais e judiciárias da Dinamarca com orientações mais pormenorizadas sobre o tratamento de processos que incluam a execução de decisões de perda. Estas instruções serão enviadas ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão logo que estejam disponíveis.

(ass.) Nicolai Pii)